

Kafka considera plano consistente para entendimento com o FMI

por Cláudia Safatle
de Brasília

"O plano me parece extremamente lógico e aceitável. Eu acho que é um plano consistente para conversar com o FMI." Este foi o comentário do representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional, Alexandre Kafka, que esteve ontem com o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Rubens Barbosa, seguido, no início da noite, de uma conversa com o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira.

Kafka acha que o plano de estabilização, acompanhado do plano de controle macroeconômico que a equipe do ministro da Fazenda está praticamente finalizando, estabelece diretrizes que "são lógicas e aceitáveis. Há coisas que apesar de lógicas não são aceitáveis", acentuou, de bom humor, o representante do Brasil no Fundo.

TRABALHOS COMEÇAM HOJE

A missão do FMI, liderada pelo economista-chefe da divisão do Atlântico Sul, Thomas Reichanm, começa hoje em Brasília o trabalho de preparação do relatório final sobre a economia brasileira, que subsidiará as negociações com o Clube de Paris, fórum onde se discutem as dívidas oficiais. Hoje, chega também o representante do comitê de assessoramento da dívida externa, formado pelos bancos privados credores, o economista Douglas Smee.

A missão do Banco Mundial (BIRD), desde a semana passada em Brasília, está próxima de concluir as negociações com o governo brasileiro em torno dos financiamentos que serão desembolsados ainda neste ano e no próximo exercício fiscal (julho/junho). Hoje deve ocorrer a última reunião com a equipe de técnicos do Ministério da Fazenda.

BIRD MOSTRA-SE RECEPTIVO

Nas conversas com os economistas do Ministério da Fazenda, os funcionários do Banco Mundial mostra-se receptivos ao plano de estabilização, mas

mais interessados no plano de controle macroeconômico, que vai delinear qual será, exatamente, a política monetária, fiscal, cambial e de exportações que o governo pretende seguir no curto e médio prazo.

Como comentou um dos coordenadores da elaboração do plano de controle macroeconômico, a este jornal, o assessor do Ministério da Fazenda, Fernando Dallaqua: "O congelamento de preços e salários abre um espaço de tempo para o governo implementar as políticas necessárias para o controle do déficit do setor público". Ele acredita que, em vez de fazer um controle da inflação pela redução do consumo no setor privado (via compressão de salários), o governo vai controlar seu próprio consumo, o que é compatível, segundo seu ponto de vista, com a elevação do consumo do setor privado e com um aumento das exportações. "Por isso", assinalou, "não existe arrocho salarial".